

	BOVESPA -1,32% A bolsa encerrou o dia em 53.955 pontos		DÓLAR +0,86% A moeda americana foi cotada em R\$ 3,043		EURO +1,35% A moeda europeia foi cotada em R\$ 3,2229		OURO +0,8562% Commodity se valorizou e foi vendida por 117,60		NASDAQ -1,52% A bolsa fechou com a marca de 4.932 pontos
--	---	--	---	--	--	--	--	--	---

Panorama econômico

Miriam Leitão
Com Valéria Maniero

Corrente da pedalada

O relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre as pedalgadas fiscais mostra os riscos que o país acumulou quando o governo tentou esconder o mau desempenho das contas públicas nos últimos anos. Passam de R\$ 40 bilhões só os créditos concedidos pelos bancos públicos ao Tesouro. Esses empréstimos são proibidos. O TCU revela que eles realmente aconteceram.

O minucioso relatório de 96 páginas exibe dois tipos de problemas: as confusões na contabilidade e as operações que estão proibidas pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Tudo tornou o registro das receitas e despesas mais opaco, mas é muito mais grave quando os bancos públicos, como Caixa Econômica, Banco do Brasil e BNDES, pagam obrigações do Tesouro e demoram a receber. Essa espera de meses caracteriza, segundo o TCU, uma operação de crédito.

A Caixa pagou Bolsa Família, abono salarial e seguro-desemprego; o Banco do Brasil a antecipação de taxas de juros no financiamento agrícola; o BNDES cobriu os custos do Programa de Sustentação de Investimento (PSI); o FGTS arcou com custos da Minha Casa, Minha Vida. Normalmente, eles são agentes pagadores dessas programações, mas o Tesouro tem que repassar os recursos antecipadamente ou quitar o gasto o mais rapidamente possível. A Caixa teve que esperar seis meses para receber R\$ 1,7 bilhão. O que é isso? Empréstimo ao Tesouro, porque são gastos orçamentários que o banco não tem que assumir.

A Lei de Responsabilidade Fiscal incluiu essa proibição por um bom motivo. A confusão nas contas públicas deturpou os governos militares uma década e meia para ser arrastada. Um dos piores erros era o de bancos públicos financiando seus controladores, que não os pagavam nem contabilizavam como dívida. Isso quebrou muito banco estadual e enguliu fortes capitalizações na Caixa e no Banco do Brasil. As instituições financeiras dando dinheiro para os governos foram uma grande central de fabricação de esqueletos. Para que isso não voltasse a acontecer, a LRF banziu esse tipo de operação.

O que o TCU concluiu, após o estudo de demonstrações financeiras do Banco do Brasil e BNDES e em documentos obtidos da Caixa

Os pontos-chave

- 1 Não foram poucos os alertas de especialistas sobre a confusão feita nas contas públicas
- 2 TCU comprovou que há dívida não contabilizada e houve empréstimos de bancos públicos ao Tesouro
- 3 Levy não vai repetir o erro, o que é um alívio. Mas é preciso apurar responsabilidades

por meio de auditoria, foi que, de forma velada, o governo fez exatamente isso. Não foram poucos os alertas dos especialistas em contas públicas para o que estava acontecendo. O Ministério da Fazenda e a Secretaria do Tesouro do primeiro mandato ignoraram o aviso de que eles haviam atravessado o sinal perigoso. Nos anos de 2013 e 2014, a equipe econômica dedicava-se à alquimia fiscal. Números eram alterados, dívidas sumiam, receita não recolhida era registrada como se tivesse sido arrecadada. Tudo isso tira a credibilidade dos dados do governo, aumenta os riscos inflacionários. Mas banco público financiar Tesouro é mais do que má administração, é um desrespeito à Lei de Responsabilidade Fiscal.

O número pode ter chegado a ser até maior do que R\$ 40 bilhões, porque atrasos de repasse ao Fimame não foram registradas nessa conta. O TCU perguntou ao Banco Central sobre isso e recebeu como resposta que o Fimame, Financiamento de Máquinas e Equipamentos, um braço do BNDES, não é uma instituição financeira.

Na radiografia que o Tribunal fez, ele registrou no item 428: "Foram listados achados em relação aos seguintes aspectos: dívidas não registradas nas estatísticas fiscais; despesas primárias não registradas nas estatísticas fiscais; realização de operação de crédito com inobservância de condição estabelecida em lei; atrasos de repasses a Estados e Municípios e ao INSS."

O trabalho do TCU é uma oportunidade. Não falo aqui da discussão política em torno do mandato da presidente Dilma. O que o país pode tirar de bom desse relatório é impedir a corrente de pedalgadas que poderia ameaçar a estabilidade do império, que foi tão difícil conquistar. E exatamente assim que se estmula a inflação. O país deve seguir os princípios da responsabilidade fiscal para garantir a moeda, sem a qual nenhum projeto é sustentável.

O ministro Joaquim Levy mostrou de forma coerente que não quer repetir esse passado, o que é um alívio. Mas é preciso saber exatamente qual foi a confusão que fizeram no mandato passado

280 mil contribuintes com irregularidades no IRPF 2014 serão intimados pela Receita

Previsão do órgão é de lançar de R\$ 6,5 bilhões a R\$ 7 bilhões em autos de infração em todo o país por causa de fraudes e infrações à legislação tributária

BRASÍLIA - A Secretaria da Receita Federal informou ontem que está iniciando um esforço estratégico de fiscalização no Imposto de Renda Pessoa Física 2014, ano-base 2013, para combater fraudes e infrações à legislação tributária. De imediato, o Fisco informou que serão intimadas 80 mil pessoas em março e abril e acrescentou que, até o fim do ano, mais 200 mil contribuintes serão notificados para prestar informações ao órgão. O número representa cerca de 1% do total de 28,6 milhões de declarações recebidas.

A expectativa da Receita Federal, com este esforço estratégico de fiscalização no Imposto de Renda Pessoa Física, é de lançar autos de infração de R\$ 6,5 bilhões a R\$ 7 bilhões - valor que engloba o principal, multas e juros.

Caso sejam confirmadas irregularidades, as multas variam de 75% a 225% do imposto devido. No caso de fraude, o contribuinte também pode ser responsabilizado criminalmente.

Entre as irregularidades, identificamos pensões alimentícias falsas e despesas médicas inexistentes. Aumentou muito a capacidade de a Receita Federal identificar essas fraudes. É importante que os contribuintes não coloquem falsas informações para ter aumento de restituição. Nossos mecanismos de identificação de fraude aumentaram significativamente nos últimos anos", declarou o subsecretário de Fiscalização do Fisco, Iálgaro Jung.

O Fisco observou que o contribuinte, caso o julgue errado e que não deve os valores apontados pelo órgão, tem o direito de apresentar impugnação nas delegacias de julgamento da Receita. A lei diz ainda que o contribuinte também pode apresentar um recurso ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf). Há ainda a prerrogativa de ingressar com ação judicial.

Pensões - A Receita Federal informou que foram identificados indicadores de fraudes com pensões alimentícias - envolvendo 25 mil contribuintes, que teriam deduzido a pensão sem comprovação de ter efetivamente pago os valores, no valor de R\$ 375 milhões.

Segundo o órgão, os contribuintes intimados deverão



Iálgaro Jung, da Fiscalização do Fisco, informou que multas variam de 75% a 225% do imposto devido

Infrações



Malha fina

- Após a declaração do Imposto de Renda ter sido entregue e processada pela Receita Federal, o contribuinte pode saber se caiu na malha fina do Ião. Para saber isso, deve acessar a página da Receita Federal na internet, ou podem optar por receber aviso por celular.

- Na página do Fisco, a informação pode ser obtida por meio do chamado "extrato" do imposto de Renda - disponível no e-CAC (Centro Virtual de Atendimento). Lá, o contribuinte consegue saber quais pendências ou inconsistências foram encontradas pelo Fisco na sua declaração do IR de 2014.

- Para acessar o extrato do IRPF, é necessário utilizar o código de acesso gerado na própria página da Receita, ou certificado digital emitido por autoridade habilitada.

comprovar, além da pensão alimentícia, todas as deduções informadas na declaração do Imposto de Renda. Os valores não comprovados impugnados serão lançados multa de ofício de 75% a 225% sobre os valores devidos.

Malha fina - A Receita Federal informou que a maior parte das pessoas físicas que estão sendo intimadas este ano caiu na malha

Para acessar o extrato do IR é necessário utilizar o código de acesso gerado na própria página da Receita Federal, ou certificado digital emitido por autoridade habilitada.

"Fizemos cruzamento com outras informações, como investimentos fora do Brasil, operações com fundos de investimento e outras operações que sequer foram declaradas à Receita. Geralmente a receita identifica as fraudes são em alienação de imóveis, operações relevantes em bolsas de valores e dinheiro de propina. Qualquer dinheiro que ele não queira ou não possa mostrar", informou Jung.

HOMOLOGAÇÃO DE LICITAÇÃO PROCESSO Nº 02.08.028/2015 TOMADA DE PREÇOS 001/2015 O Município de João Lisboa - MA, através de sua Comissão Permanente de Licitações, torna pública o resultado do processo supra. **OBJETO:** Contratação de empresa para Construção da Feira Coberta (Adaptação do Mercado Municipal) localizada no Município de João Lisboa - MA. **AMPARO LEGAL:** Lei nº 8.666/92 e respectivas alterações. **PRAZO DE VIGÊNCIA E EXECUÇÃO DO CONTRATO:** O prazo de execução será de 6 (seis) meses, contados a partir da data do recebimento do ordem de serviço emitida pela secretaria Municipal de Agricultura, Produção e Meio Ambiente. **VALOR TOTAL:** R\$ 296.675,27 (duzentos e noventa e oito mil seiscentos e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos). Em decorrência do exposto no processo de licitação acima individualizado e homologado o resultado do certame na forma da lei. **EALEVES BARBOSA SERVIÇOS - ME - CNPJ 07.263.814/0001-65 -** Mendocira das Cortinas, com o preço total proposto R\$ 296.675,27 (duzentos e noventa e oito mil seiscentos e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos). João Lisboa - MA, 15 de abril de 2015. **Jairo Madeira de Coimbra** Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO LISBOA MARANHÃO MUNICÍPIO DE JOÃO LISBOA - MA, CNPJ Nº 07.203.200/0001-16. CONTRATO Nº. E. ALVES BARBOSA SERVIÇOS - ME, CNPJ Nº 07.263.814/0001-65. OBJETO: construção de feira coberta (Adaptação do Mercado Municipal) localizada no Município de João Lisboa - MA. **VIGÊNCIA:** 16 dias do mês de abril de 2015 à 16 de outubro de 2015. **VALOR:** R\$ 296.675,27 (duzentos e noventa e oito mil seiscentos e setenta e cinco reais e vinte e sete centavos). **REGÊNCIA:** LEI Nº 8.666, DE 21 DE JUNHO DE 1993 E SUAS ALTERAÇÕES. **DOTAÇÃO:** ADMINISTRAÇÃO DIRETA 20.605.5064.1-025 Const./Amp/Refor de Mercados e Matadouros 4.90.511 Termo de compromisso nº 791672/2015 - **MA Recursos Próprios/Convênio, João Lisboa - MA, 17 DE ABRIL DE 2015. ORDENADOR(A) DA DESPESA:** JAIRO MADEIRA DE COIMBRA / Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA PRELIMINAR Nº 316/2015 A PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇOLÉIA, ESTADO DO MARANHÃO, através do Programa de Gestão, torna pública o resultado da licitação nº 09/098 (nove novenas) de 08 de Maio de 2015, na sede da Comissão Central de Licitação, localizada na Av. Santa Luzia, s/nº, Parque das Nações - Açolândia/MA, licitação de modalidade Pregão (Preço Global), do tipo Menor Preço, cujo objeto é a contratação de empresa especializada para os serviços de locação de estrutura de palco, iluminação, sonorização, segurança e demais equipamentos necessários para realização do Ação Foz 2015, conforme Edital e Anexo, nos termos da Lei nº 10.520/2002, Decreto Municipal nº 414/2007, segundo subitem 2.1 das disposições da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, Lei Complementar nº 123/2006 e suas alterações e demais normas pertinentes. Interessados poderão obter o edital gratuitamente na sede da Comissão Central de Licitação - CCL, localizada na Av. Santa Luzia, s/nº, Parque das Nações - Açolândia/MA, no horário das 08:00h às 12:00h, mediante o recolhimento da importância de R\$ 20,00 (vinte reais), através de BOM ou depósito em nome do Banco do Brasil - Agência nº 3536-5/0001 e (91) 99140-3366 Açolândia/MA, 16 de Abril de 2015. **Gea** da Comissão de Licitação Projeto Polt. nº. 1704/2015

Ferramenta facilita gerenciamento de informações em corporações

Software criado pela 2R pode auxiliar as ações de segurança e saúde ocupacional de empresas e ainda a gestão do e-Social

Para garantir aos gestores o controle de informações fundamentais para a operacionalização dos negócios, a 2R Serviços Técnicos criou o software Planeto, uma ferramenta definitiva para o gerenciamento de ações de Segurança e Saúde Ocupacional (SSO) das empresas, assim como ações pertinentes ao e-Social.

O software, desenvolvido nos últimos anos pela 2R, facilita o cadastro e gestão de resultados de maneira organizada, por processo, tanto de operações quanto de pequenas ou grandes obras na gestão efetiva das contratadas e empregados, equipamentos, normas reguladoras, entre outros.

O objetivo é facilitar fundamentalmente o processo de gestão de informações coletadas e cadastradas, permitindo aos gestores ações proativas no

controle de riscos e consequentes falhas. Dessa forma, com o Planeto, o gestor terá em tempo real mais informações para tomada de decisões, pois permite emissão de relatórios gerenciais, em tempo real, por acesso on-line. A gestão de informações poderá ser adequada à empresa, já que está configurada de forma modular.

Gerenciamento - Segundo o diretor da 2R, João Ernesto Rodrigues Jr, o software foi desenvolvido para o gerenciamento de informações, a partir do qual há controle total das ações demandadas pelas empresas dentro do empreendimento e em todos os seus desdobramentos.

"O Planeto assegura confiabilidade das informações, mobilidade, cumprimento dos re-



João Ernesto Rodrigues Jr. detalha o funcionamento do Planeto

quisitos legais no âmbito trabalhista, organização, controle, gestão integrada, versatilidade na modelagem de informações e fácil manuseio, além de informações armazenadas em nuvem e backup em local remoto", informou João Ernesto Rodrigues Jr.

Diante das novas exigências de mercado, o Planeto também pode auxiliar na gestão de algumas ações do e-Social, projeto do Governo Federal que unificará o envio de informações pelo empregador em relação aos seus empregados. "Com o software da 2R, a empresa terá uma ferramenta de gestão que vai auxiliar nessa nova exigência do governo", ressaltou o diretor da 2R.